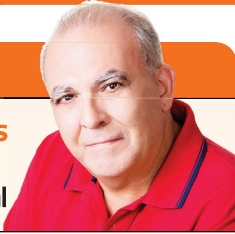


## Trabalho



## OPINIÃO

**Miguel Torres**  
Presidente  
da Força Sindical



## Em cinco meses, governo paga R\$ 198,8 bi de juros

Tem custado muito caro para o País, principalmente para as famílias de menor renda – cerca de dois terços da população do Brasil –, o aperto monetário que o governo vem promovendo no intuito de conter a inflação e alcançar um superávit primário (economia para pagar os juros da dívida).

Em curto espaço de tempo, de janeiro a maio deste ano, o valor despendido pelo governo para o pagamento, aos grandes especuladores, dos juros da dívida interna, foi de R\$ 198,8 bilhões, ou R\$ 1,3 bilhão por dia, contando sábados, domingos e feriados. Uma alta de 95,8% em relação aos juros pagos no mesmo período do ano passado. É o pior resultado desde 2001.

E enquanto o governo corre atrás de cortes no Orçamento e o Banco Central mantém os juros nas alturas, quem “paga o pato” é a classe trabalhadora, penalizada por uma inflação que os juros, apesar de estratosféricos, não conseguem derrubar. E que o próprio governo, com dificuldades de arrecadar e economizar, também vem sentindo na pele.

Vale ressaltar que, além da inflação alta e dos juros abusivos, o aperto monetário do governo promove, também, a desindustrialização e o aumento do desemprego, provocando queda na produção e restrições ao consumo por meio do encarecimento do crédito. Em suma, trata-se de uma política equivocada do governo que a Força Sindical vem, há muito tempo, combatendo.

## APOSENTADORIAS

# Força intensifica luta pelo reajuste dos aposentados

Se as negociações não avançarem, vamos trabalhar para derrubar o veto

As instâncias estaduais da Força Sindical devem se reunir com as bancadas de senadores de seus Estados – por exemplo, a Força Sindical-SP com os senadores paulistas – para pedir apoio às políticas de proteção aos aposentados. No último dia 30, em reunião com dirigentes sindicais da Força e das demais Centrais Sindicais, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), acatou o pedido dos sindicalistas para adiar a votação do veto ao cálculo do Fator Previdenciário inserido pelo Congresso Nacional na Medida Provisória (MP) 664, de 2015, aprovada em plenário no final do mês de maio.

Segundo os representantes dos trabalhadores, o veto ainda é um instrumento de negociação caso a Medida Provisória 676, deste ano, publicada em 18 de junho, não avance com as mudanças sugeridas na Câmara dos Deputados. “O veto representa um fundo de garantia para os trabalhadores. Se as negociações da MP 676 não avançarem, vamos trabalhar para derrubar o veto que tem a fórmula 85/95”, explicou o presidente da Força Sindical, Miguel Torres.

Os sindicalistas temem que o veto



Foto: Arquivo Força Sindical

Miguel Torres: “O veto é um instrumento de negociação e representa um fundo de garantia para os trabalhadores”

seja votado e mantido pelos parlamentares, e, depois, o governo não avance nas negociações sobre a MP, deixando que ela perca a validade por decurso de prazo. A presidenta Dilma vetou, na MP 664/15, a regra 85/95, que considerava a soma da idade e do tempo de contribuição – 85 para mulheres e 95 para homens. Em seguida, manteve a fórmula na MP 676/15, aumentando em um ponto a partir de 2017. Em 2022, a fórmula chegaria a

90/100.

Na reunião, o deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (Solidariedade-SP), entregou ao presidente do Senado um documento mostrando o impacto de uma mudança feita por ele na MP 676/15. O deputado inseriu no texto da MP um reajuste para as aposentadorias no mesmo valor que o do salário mínimo. “Precisamos do seu apoio aqui no Senado”, solicitou Paulinho ao senador.

## ABONO SALARIAL

## Governo prejudica trabalhador dividindo pagamento de benefícios

“O governo quer que o trabalhador o financie”, afirma Sergio Luiz Leite, Serginho, 1º secretário da Força Sindical e representante da Central no Codefat (Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador), ao comentar a decisão tomada ontem pelo órgão de alterar o calendário de pagamento do abono salarial (PIS/Pasep), quitando metade neste ano e a outra parte em 2016.

O governo ganhou por dez votos a

sete na reunião do Codefat, informa Sergio Leite, que votou contra a proposta do governo. “Não aceitamos mais esta ‘pedalada’. Não será metendo a mão no bolso dos trabalhadores que o governo vai corrigir suas distorções e alcançar seu almejado superávit primário (economia para pagar juros da dívida)”, declara Miguel Torres, pre-



Foto: Fequimfar

Para Serginho (na mesa, o 2º da dir. p/esq.), o que o governo quer é que o trabalhador o financie

sidente da Central. Com a medida, o governo adiou para até março do próximo ano o pagamento de cerca de R\$ 10 bilhões a trabalhadores com direito ao benefício.



NA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

[fsindical.org.br](http://fsindical.org.br) [facebook.com/CentralSindical](https://www.facebook.com/CentralSindical)

[imprensa@fsindical.org.br](mailto:imprensa@fsindical.org.br) [flickr.com/photos/forca\\_sindical](https://www.flickr.com/photos/forca_sindical)

[twitter.com/centralsindical](https://twitter.com/centralsindical) [youtube.com/user/centralsindical](https://www.youtube.com/user/centralsindical)

SINDICALIZE-SE

PARTICIPE DO SEU SINDICATO!